

Dois estudos importantes sobre a exploração florestal no Brasil acabam de ser publicados. O primeiro mostra que em quatro séculos de Coroa portuguesa e de Império do Brasil foram extraídas cerca de 500.000 árvores de pau-brasil da Mata Atlântica. A exploração mais intensa ocorreu no Século 18, quando foram cortadas 322.260 árvores. Isso enquanto a floresta amazônica e as matas de araucária dormiam em berço esplêndido. Yuri Tavares Rocha, pesquisador da USP, chegou a esses números após consultar quase mil livros e documentos no Brasil e em Portugal. Em cinco séculos, portugueses, franceses, holandeses, espanhóis, ingleses e brasileiros extraíram 527.182 árvores de pau-brasil, segundo Rocha.

O segundo estudo foi realizado por pesquisadores do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON) junto a 680 madeiras (27% do total), em 82 pólos da Amazônia. Só em 2004 foram cortados 6,2 milhões de árvores na região¹. O estudo considerou as toras de uso comercial e não contabilizou o total de árvores cortadas em desmatamentos agrícolas e pecuários, não comercializadas. Somente entre 2003 e 2004 foram mais de 24.000 km² desmatados na Amazônia.

A exploração do pau-brasil não foi sinônimo de desmatamento, ao contrário do que muitos imaginam. Integrando critérios econômicos, políticos e silviculturais, o “Regimento do Pau-brasil”, implantado em 1600, forneceu às autoridades metropolitanas instrumentos essenciais para o planejamento e a gestão dos contratos de concessão, tais como a definição anual de cotas de exploração, corte somente com licença e o estímulo à regeneração natural mediante métodos silviculturais, rotação de exploração e delimitação de áreas reservadas. A implantação do Regimento, o planejamento da oferta de pau-brasil, o controle da pressão sobre as populações da árvore no tempo e no espaço, e os cuidados com sua regeneração tomados pela Coroa portuguesa, diminuíram consideravelmente os riscos de esgotamento desse recurso².

O comércio do pau-brasil sempre foi exclusividade da Coroa. D. João VI quando da abertura dos portos às nações amigas autorizou a comercializar todo e quaisquer gêneros e produções, à exceção do pau-brasil. Em 1808, o recém criado Banco do Brasil passou a ter comissão na venda da madeira de tinturaria. Após a Independência, o pau-brasil transformou-se em monopólio nacional e sua venda destinada a saldar a dívida externa com a Inglaterra. A partir de 1850, a fabricação industrial da anilina retirou o pau-brasil do mercado e não a devastação de suas matas. Em 1875, foi registrada a última exportação de pau de tinta para a Europa. Por quatro séculos, a legislação e as medidas de controle e manejo das matas da Coroa portuguesa e brasileira, permitiram sua exploração sustentada e a manutenção das matas.

Numa pesquisa de doutorado sobre a história da gestão florestal no Brasil, Carlos Castro demonstrou que o desmatamento da Mata Atlântica foi um fenômeno do Século 20. Entre 1945 a 1960, a cada cinco anos, desmatou-se mais do que tudo o que foi desmatado entre 1500 e 1930! Entre 1985 e 1995, a Mata Atlântica perdeu mais de um milhão de hectares, mais de onze por cento de seus remanescentes. Dos mais de 1,3 milhão de quilômetros quadrados originais, subsistem apenas cerca de oito por cento.

Estudos científicos, cada vez mais circunstanciados, indicam que durante o período da Coroa portuguesa, a área média cultivada anualmente foi da ordem de 9.000 hectares, chegando a um máximo de 16.000 hectares no início do Império.

O total de áreas desmatadas para a produção de açúcar, durante mais de 220 anos, no momento da Independência, atingia cerca de 14.000 km². Comparada à extensão da Mata Atlântica, os desmatamentos causados pela cana-de-açúcar, durante mais de duzentos anos de povoamento, podem ser considerados irrisórios.

Atualmente, em apenas um ano, se produz muito mais cana-de-açúcar no Brasil que durante todo o período da Coroa.

No Brasil, a ocupação luso-brasileira desenvolveu vários exemplos de sistemas sustentáveis de exploração agroflorestal e agropastoril inéditos, sem desmatamentos expressivos, respeitando, com sabedoria, os condicionamentos ambientais. Foi o caso da ocupação da Caatinga, do Cerrado, do Pantanal, do Pampa, dos Campos Sulinos e, até, de boa parte da Mata Atlântica.

A história do desmatamento é fruto do Século 20 e da República. As políticas florestais da Coroa portuguesa e do Império conseguiram, por diversos, invejáveis e complexos mecanismos, manter

grande parte da cobertura florestal do Brasil praticamente intacta até final do Século 19. Como assinala Carlos Castro, “em vez de imputar a Portugal a culpa por ter nos deixado uma ‘herança predatória’, talvez devamos aprender com as práticas conservacionistas que os portugueses preconizaram e tomarmos consciência de que a destruição das florestas brasileiras não é obra de 500 anos, mas principalmente desta geração”.

1 Marco Lentini et al. O Estado da Amazônia. A expansão madeireira na Amazônia. IMAZON, nº 2, 2005.

2 Carlos Ferreira de Abreu Castro. Gestão Florestal no Brasil Colônia. Universidade de Brasília, Brasília, 2002.